

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL
Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Álcool do Município de São Paulo - COMUDA

ATA DE REUNIÃO: Dia de 05 novembro de 2024

Participantes Conselheiros:

Aldemyro Rolim (ABRAMD)
Michel Willian de Castro Marques (Plataforma Brasileira de Política de Drogas- PBPD)
Alexandre de Souza e Castro Araujo (FACES e Vozes da Recuperação no Brasil)
Felipe Aburaya Yamaki (Programa de Orientação e Atendimento de Dependentes – PROAD)
César Augusto Ágaras Pardini (CRESS- SP)
Danilo Polverini Locatelli (NEPIS-UNIFESP)
Marcos Muniz (CRP-SP)
Vera Lúcia Bagnolesi (CONED- Governo)
Laura Shdaior (CONED- Sociedade Civil)
Isabel Ferreira da Silva (ABEAD)
Pedro Salustiano (PROMUD)
Larissa Alexandre Mendes (SMC)
Maria das Candeias Vieira Pinto (SMDET)
Alírio José da Silva (SMSU)
Lucas Molino (SMDHC)
Ricardo Luiz Iasi Moura (SMG)

Demais Participantes:

Alcione Moreira (Fundação Porta Aberta)
Matheus Yasbeck Montenegro (OAB/SRCDH)
Tainner Vinícius (Caps ad III Santana)
Guilherme Honorato (Caps IJ III Santana)
João P.C (Unip)
Bárbara Rubia Wada (Unip)
Jorge Arthur Floreani (ABRAMB/BEDUC)
Carolina Salado (CREFITO –3)
Hanilton Medeiros (SEPE)
Marcelo Quilez (Secretária de Justiça)
Ana Luiza (Centro de Convivência é de lei)
Amanda Portaro (É de lei)
Kaliel Nunes (SMDHC- CPD)

ATA DA REUNIÃO 1



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL
Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Álcool do Município de São Paulo - COMUDA

Ana Beatriz Annunziato Januzi (SMDHC-DPS)
Bruna Imani (Iniciativa Negra)
Diva Sativa (É de Lei/Marcha da Maconha)
Mario Cesar
Jair da Silva
Aldemir Ferreira (Caps ad)
Alesandro Magalhães (Caps ad)
Lay (RENFA/Por nós)
Erick Pavão Santana (Caps ad III Santana)
Maria Angelica (ALESP-dep Suplicy)

Às 14:00 do dia 05 do mês de novembro do ano de 2024, no auditório da Secretaria Municipal de Direitos Humanos Cidadania, Rua Líbero Badaró, 119 - Sé, São Paulo - SP, com quórum de 31 pessoas, alcançando o quórum mínimo de um terço da totalidade dos conselheiros, estabelecidas no Artº 3 do Regimento Interno. A reunião inicia-se com aprovação de ata da reunião anterior, apresentação de informes e eleição de vice-presidência e secretaria executiva do conselho:

Informes:

Sobre o plano de gestão do conselho, informado pela Lucas que relata que o documento está em processo de avaliação e validação das áreas da secretaria de direitos humanos, inclusive jurídico da secretaria. Um dos pontos do plano elaborado pela presidência tem ponto sensível que é a criação de GTs inclusive um de denúncias que pode ser um “subcomitê” e que assim que estiver disponível será encaminhado para contribuições e validação do Plenário do Conselho – Lucas ressalta que iniciou a construção do documento e que será compartilhado com as pessoas que assumirão as demais funções na coordenação executiva;

ABRAMD Educação fará evento em 23/11/2024 “Diálogos pela educação sobre drogas um cuidado possível”, um evento que contará com profissionais e pesquisadores de diversos lugares do Brasil e acontecerá na EMEF prof Shirley Guil Rua tolete malta na vila Bancária em São Paulo e a inscrição será realizada por link que será compartilhado às pessoas presentes;

ATA DA REUNIÃO 2

Secretaria Municipal de Direitos Humanos Cidadania
Rua Líbero Badaró, 119 - Sé, São Paulo - SP

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Álcool do Município de São Paulo - COMUDA

Sobre o CEMESCA – Jorge Arthur que representa o COMUDA informa que a comissão não se reúne desde agosto/2024 com a justificativa da gestão de que as reuniões não estão acontecendo devido as eleições e a transição de governo. Relata que essa paralização atinge muitas crianças vitimadas por diversas violações. Não haverá futuro com uma comissão que não funciona;

Fundação Porta Aberta está entre as 100 melhores ONGs do Brasil. Foi ressaltado que a organização foi excluída pelo governo, mas que segue participando das reuniões mesmo sem ser conselheira;

Nos dias 15, 16 e 17/11/2024 acontecerá a 2ª edição da ExpoCannabis Brasil no pavilhão imigrantes com debates, feira de exposição e shows, maior feira do gênero da maconha e acontece no Brasil em sua segunda edição;

O centro de convivência é de lei relata que tem percebido em sua atuação tanto em campo quanto em pesquisa, a presença de opioides sintéticos inclusive em drogas K, a organização fará ofícios de informações e recomendação sobre qual protocolo do município para saber qual protocolo sobre manejo a respeito de intoxicação por opioides, tais ofícios serão encaminhados para secretaria municipal de saúde, vigilância epidemiológica do estado e município. Fica o convite para que o COMUDA pense em como encaminhar também a partir do conselho esses requerimentos;

Pelo fato do surgimento dessas novas substâncias, a REDUC em parceria com a FIOCRUZ realizará um seminário internacional sobre opioides e novas substâncias psicoativas no Rio de Janeiro na FIOCRUZ com a participação de pesquisadores do Brasil e outros países e terá transmissão on-line;

será realizado Simpósio Nacional de segurança pública e relações raciais na Bahia nos dias 27, 28 e 29/11/2024 e terá uma discussão sobre políticas de drogas;

Acontecerá nos dias 06, 07 e 08/12/2024 em Santos o I Seminário Internacional de Redução de Danos organizado pela Unifesp, Grupo Div3rso e algumas organizações que compõe o COMUDA e será discutido as possibilidades de avanços na política de drogas inclusive aqui em São Paulo;

A GCM tem um programa que existe desde 1994 chamado DEPAD – O grupo está à disposição para somar esforços para que os objetivos do COMUDA sejam concretizados

ATA DA REUNIÃO 3

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL
Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Álcool do Município de São Paulo - COMUDA

através de participação nesse processo. Foi solicitado espaço para apresentação do programa na reunião;

Foi feita reflexão sobre a não discussão no COMUDA sobre a maior feira sobre maconha que acontecerá em São Paulo e não foi discutido nesse espaço essa feira que discute sobre trabalho, sobre economia, sobre cannabis e que movimenta recursos para a cidade. E que é necessário que o COMUDA se aproxime das discussões que acontecem na cidade e fazer um rodízio das reuniões do conselho pela cidade.

Foi pontuado pela Presidente do conselho que o COMUDA precisa se implicar sim nesses grandes eventos que acontecem na cidade e que é importante que o conselho construa e faça discussões e encaminhe ofícios sobre nitazenos, opioides e drogas K em relação a manejo, conforme proposto pelo É de Lei. Também construir canais de comunicação com todas as pessoas para além de conselheiras e conselheiros.

PAUTAS:

Eleição Vice-presidência e Secretaria Executiva

Lucas ressalta que devido a desistência na reunião anterior das candidaturas, foi necessário reabrir a votação, foram realizadas uma inscrição para cada função.

A metodologia da votação será abertura de fala para função de vice-presidência, votação e em seguida para secretaria executiva.

Vice-Presidência: uma candidatura **Alexandre Araujo do Faces e Vozes da Recuperação no Brasil** – Relata que o movimento está alinhado com movimento em saúde mental denominado “em recuperação” que surge na década de 90 pelas pessoas com transtorno mental que discutiram com a OMS que queriam ser parte da solução; o movimento faces e vozes surge em 2001 a partir da experiência de políticas que priorizavam internação e reinternações de pessoas. Se apresenta como estudioso das drogas do ocidente a partir de 1750 pelos grupos norte americano. Já tentaram diversas possibilidades desde então, mas a sociedade ainda produz dependentes químicos. O propósito de inscrição para candidatura como vice-presidente do COMUDA se dá para poder contribuir porque o movimento faces e vozes querem transformar a sociedade. Diz que o que mata não são

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL
Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Álcool do Município de São Paulo - COMUDA

as drogas é o silêncio. Reitera que a função é organizar o dia a dia da política de drogas e diz que o dia das faces e vozes é o dia 30/03.

Votação:

Cristiano Marona OAB vota em abstenção – justifica que a organização foi nomeada para apoiar o governo. Reitera que na votação para presidência uma pessoa que votou na candidatura do governo votou e se retirou da reunião, uma prática do governo que tem diversas faltas, e com todo respeito que apesar da presidência estar ocupada por uma pessoa trans, o governo ainda é um governo que viola diversos direitos e não fará votação em organizações alinhadas com Governo; **Alexandre Araujo Faces e Vozes** vota em Alexandre; **Aldemyro Rolm ABRAMD** vota em Abstenção; **Michel Willian de Castro Marques PBPD** vota em Abstenção; **Felipe PROAD** vota em Abstenção; **Danilo Locatelli NEPSIS** vota em Alexandre; **Marcos Muniz CRP** vota em Abstenção; **Vera CONED Gov** vota em Alexandre; **Laura Saham CONED Sociedade Civil** vota em Abstenção; **Izabel ABEAD** vota em Alexandre; **Sec Municipal Cultura** Vota em Alexandre; **Maria Candeias Sec Municipal de Trabalho** Vota em Alexandre; **Alírio Sec Segurança** Vota em Alexandre; **Ricardo Iazi Sec Governo Municipal** Vota em Alexandre; **Ágaras CREAS** Vota em Abstenção; **Lucas Molino Sec Municipal de Direitos Humanos e Cidadania** Vota em Alexandre.

TOTAL: Votos na candidatura de Alexandre: 09 – votos
Abstenção – 07 votos

Alexandre do Faces e Vozes é eleito com 09 votos.

Secretaria Executiva: uma candidatura – **Michel Willian de Castro Marques – Plataforma Brasileira de Políticas de Drogas (PBPD)** – Inicia fala retomando posicionamento da última reunião em que a candidatura foi retirada depois da votação com a justificativa de que era nítida que o governo tinha ocupado o conselho pra fazer a votação apenas naquele cenário e pessoas representantes se retiraram em seguida. Hoje já não estão aqui. Então naquele momento a gente decidiu retirar a minha candidatura para poder pensar e entender como poderíamos compor um conselho dessa maneira. Nós fizemos uma discussão muito importante, entendemos que o conselho deve ser um órgão de controle do governo. Então, nesse sentido, decidimos retomar e recolocar a candidatura, a Plataforma Brasileira de Política de Drogas se coloca nesse lugar

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL
Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Álcool do Município de São Paulo - COMUDA

justamente porque é uma organização que foi criada para repensar a política de drogas no âmbito dos territórios.

Votação:

Por unanimidade, com 16 votos Michel foi eleito como secretário executivo.

Eleitos fazem uma fala breve em torno das expectativas em relação ao mandato, sobre a política municipal e estadual (que afeta diretamente o município) sobre drogas, Alexandre faz uma análise com estranheza sobre a composição do conselho em que as organizações da sociedade civil são indicadas pela gestão municipal e reitera que a organização e as pessoas em recuperação querem fazer parte da solução. Critica o modelo atual de internações repetitivas, que apenas enriquecem algumas instituições sem resolver o problema da dependência química. Defende, em vez disso, um modelo de recuperação sustentável, baseado nos direitos humanos, como foco de sua atuação no conselho. Michel reforça a importância da atuação do conselho como um órgão consultivo do governo e não apenas acessório. Expressa confiança na presidência de Lucas e reforça seu compromisso em representar a sociedade civil, mantendo uma postura de oposição ao governo quando necessário. Faz crítica a indicação de organizações que apenas fazem coro com o governo e não participam ativamente das discussões. Além disso, destaca problemas na política pública de drogas, como a falta de evidências científicas nas ações implantadas e o ciclo repetitivo de internações sem resultados efetivos. Menciona a influência das comunidades terapêuticas e a necessidade de reformulação das políticas municipais. Enfatiza a importância da participação ativa dos demais conselheiros e conselheiras na fiscalização do funcionamento do conselho.

São realizadas discussões sobre a política municipal e ações na cidade de São Paulo.

Participante diz que estão representando um território e trazendo nossas avaliações das assembleias e encontros. Na Zona Norte de São Paulo, temos um único CAPS AD para uma população de mais de 2 milhões de habitantes, cobrindo 40% da região da Zona Norte. Esse território, incluindo Parque Novo Mundo, Vila Guilherme e Vila Medeiros, tem a segunda maior taxa de uso da cidade, além de altos índices de mortes por armas de fogo entre jovens. O COMUDA nos acolhe, mas está distante das discussões das periferias. Os conselhos e conferências acontecem em espaços inacessíveis para a

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Álcool do Município de São Paulo - COMUDA

população das bordas, e, ao mesmo tempo, os conselheiros também não vão até lá. Quando trazemos demandas concretas, como a promessa de implantação do POT Redenção em Santana, a resposta foi o corte de vagas. Isso mostra a incoerência na gestão, já que nem todas as vagas da região central são preenchidas e isso foi prometido por conselheiros membros do governo. Precisamos ser ouvidos. O território do Parque Novo Mundo tem uma das maiores incidências de uso de drogas K e subnotificações de óbitos, mas o que tem sido feito para discutir isso? Santana, terceiro território com maior população em situação de rua, enfrenta repressão policial constante, e os usuários sofrem violência na porta do CAPS AD, sem que isso seja enfrentado pelo conselho. Se o COMUDA não se aproximar das bordas, as bordas virão até aqui. A política de drogas precisa ser debatida com quem vive essa realidade. O conceito de recuperação não pode estar preso apenas à abstinência, pois a população tem outras necessidades. Se não houver diálogo real, as discussões continuarão centradas na Cracolândia, enquanto os problemas das periferias seguem invisibilizados. É hora de olhar para as bordas e ouvi-las de verdade.

Conselheiro levanta que a preocupação é que, embora eu entenda e defenda o direito cidadão, me assusta a recorrente narrativa de falência de algo e a busca por uma grande inovação. Isso acontece porque, muitas vezes, governos não cumprem políticas de Estado e, em períodos eleitorais, apresentam soluções mágicas que, na prática, repetem a mesma lógica excludente e manicomial. Assim, ou ignoramos a história e a política, ou resgatamos a luta social que garantiu direitos fundamentais. A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) existe, mas está sucateada. Sempre que surge a ideia de hubs que retiram pessoas de seus territórios para comunidades terapêuticas, há um desvio de investimento, prejudicando o funcionamento da RAPS. O problema central é que, desde sua criação, a RAPS tem sido negligenciada por uma escolha política. Nossa luta é contra essa lógica manicomial, que priva as pessoas de direitos e serviços, fortalecendo a retirada forçada de seus territórios. Isso é uma violação de direitos, e ignorá-la é se alienar da história. Uma rede substitutiva de atenção deve garantir direitos no território, permitindo que as pessoas conheçam e acessem os serviços disponíveis. O PROAD, por exemplo, como ambulatório de redução de danos da Unifesp, teve grande relevância, mas ainda precisa fortalecer sua integração na rede. Muitos serviços acabam encaminhando pacientes de um setor para outro sem garantir a articulação necessária. Precisamos reforçar a efetividade da rede e garantir que os cidadãos tenham acesso real

ATA DA REUNIÃO 7

**SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Álcool do Município de São Paulo - COMUDA

aos seus direitos. Se a rede é insuficiente e incapaz de atender a população, essa falha precisa ser exposta e corrigida. Devemos questionar o direcionamento de investimentos, comparando os gastos em segurança pública e comunidades terapêuticas com os destinados à saúde e à promoção de direitos. Isso deve ser pauta do conselho. Além disso, a ausência do conselho em eventos como o da expocannabis precisa ser debatida. O conselho deve atuar no esclarecimento e no acompanhamento da política de drogas. No conselho estadual, já se discute a falta de tempo da sociedade civil para participar efetivamente. Por isso, sugiro que todos os membros do conselho municipal também participem das reuniões do conselho estadual, garantindo que a população tenha voz na construção e fiscalização das políticas públicas. Não precisamos de novidades ou criações artificiais. O que falta é a efetivação do que já está previsto na RAPS e no SUS. Precisamos cumprir o que já está garantido e parar de inventar soluções paliativas. Essa defesa deve ser feita tanto pelos trabalhadores da ponta quanto pelos conselheiros, garantindo fiscalização efetiva e uma política que fortaleça o SUS, o SUAS e a RAPS, ao invés de desmontá-los. Nosso papel é garantir canais eficazes de denúncia e defesa dos direitos da população, fortalecendo instâncias de controle social e fiscalização. Somente assim podemos avançar na construção de uma política pública que realmente atenda às necessidades das pessoas e rompa com o modelo manicomial.

Foi realizada uma sugestão com base no que foi discutido aqui. Um ponto fundamental que ainda não conseguimos abordar de maneira efetiva, apesar de alguns avanços na última gestão, é a transparência do orçamento municipal para a política sobre drogas. Atualmente, há um alto volume de recursos públicos sendo destinados a contratos emergenciais sem licitação, frequentemente voltados para a internação de pessoas. Além disso, a relação entre município e estado no modelo do HUB de cuidados tem se mostrado uma tragédia do ponto de vista da política pública. Diante disso, torna-se essencial que nós, conselheiros e conselheiras, tenhamos acesso a esses dados para entender como os recursos estão sendo utilizados. O orçamento da política sobre drogas, tanto no município quanto no estado, permanece uma verdadeira "caixa-preta". Não sabemos exatamente onde o dinheiro é aplicado. Além disso, há parlamentares da extrema direita tentando nacionalizar o modelo do HUB, que, na prática, apresenta resultados péssimos. Por isso, sugiro que o COMUDA assume como pauta prioritária a análise do orçamento da política municipal sobre álcool e outras drogas. É fundamental que conselheiros e cidadãos tenham acesso a informações sobre o montante previsto,

ATA DA REUNIÃO 8

SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
DEPARTAMENTO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL
Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas e Álcool do Município de São Paulo - COMUDA

os valores efetivamente gastos, os contratos emergenciais e as organizações sociais envolvidas, muitas das quais já foram denunciadas por má gestão e violações de direitos humanos. Essa é uma questão de transparência e controle social, e acredito que o COMUDA deve assumir essa responsabilidade nesta gestão.

Em relação ao POT a representante da secretaria de trabalho e o representante de governo farão articulações para manter o POT para as pessoas atendidas pelo CAPS AD Santana e trarão as informações na próxima reunião.

Foi questionado sobre a atuação do Comitê Gestor da Política de Drogas que não sabemos sobre o funcionamento e a sugestão foi de encaminhar um ofício questionando sobre o funcionamento.

A reunião é encerrada.